



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021 e as Demonstrações Contábeis pertinentes ao período referido.

Como de conhecimento, em que pese ter sido um ano atípico por força da pandemia da COVID-19 que assolou a humanidade desde o ano de 2020, a Companhia conseguiu alcançar resultados expressivos, como a arrecadação recorde superior aos R\$ 52 milhões no ano de 2021.

Mesmo em um cenário adverso, adotou-se metas para ampliação dos resultados tornando imprescindível o acréscimo dos trabalhos de campo, em consequência do aumento dos serviços de sondagem em 178% (cento e setenta e oito por cento), análise laboratorial em 250% (duzentos e cinquenta por cento) e a importante retomada dos levantamentos aerogeofísicos contratados na ordem de R\$ 5mi (seis milhões de reais), a fim de ampliar a visão das áreas de pesquisa e potencializar a prospecção de novos negócios em menor "lapso temporal".

Segundo a mesma linha de ampliação de metas, importante relatar o volume de negócios realizados no exercício de 2021, uma vez que foram celebrados importantes contratos de pesquisa complementar e arrendamento, representando 07 licitações exitosas como novos investidores, totalizando em prêmio de oportunidades um incremento de receita na ordem R\$ 5mi (cinco milhões de reais), e que poderão gerar royalties superiores aos R\$ 10mi (dez milhões de reais) nos próximos 03 (três) anos.

Imperioso destacar que todo este trabalho de desenvolvimento da "nova" CBPM teve como início o ano de 2019, em que a Diretoria iniciou um processo de reavaliação de seus ativos minerários, baseado em relatório técnico-contábil emitido por uma empresa de consultoria especializada contratada para fazer uma análise minuciosa das Demonstrações Financeiras da CBPM. Com isso, foi possível modernizar os procedimentos contábeis da Companhia, em congruência às normas internacionais de contabilidade mais atualizadas, ainda que isso representasse como resultado uma baixa considerável, superior a R\$ 100 milhões de seus ativos.

Somado a isso, a Diretoria adotou uma postura austera na execução de suas atividades e despesas, passando um cenário nebuloso de baixa receita em relação aos seus gastos, atingindo no exercício de 2021 um cenário altamente positivo.

Do ponto de vista organizacional, a Companhia iniciou os processos de modernização do estatuto e do regimento interno, e atuou como ator importante para a comunidade do setor de mineração, como a campanha de retomada das obras da FIOI (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), envolvendo agentes políticos, órgãos de representação e entidades civis; a inserção da Bahia nas

discussões sobre a proposta da VLI Multimodal S.A. para discutir a situação do transporte de cargas minerais por ferrovias, já que houve um sucateamento dos modais ferroviários da malha baiana da antiga Ferrovia Centro Atlântica; a difusão da necessidade de adesão do setor de mineração aos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) da ONU 2030.

Oportunou ainda destacar as ações de enfrentamento e combate à COVID-19, com a criação de um protocolo específico de controle e convivência do momento social, com orientação e monitoramento de práticas sanitárias, realização de testagem com seus Colaboradores, em especial os que trabalham em campo, além do acompanhamento constante do departamento médico e de assistência social da empresa.

Destaque-se as ações para melhor estruturar fisicamente os ambientes de trabalho, com reforma e adequação do imóvel sede e dos galpões da Liloteca, adequação aos padrões de acessibilidade com a instalação de elevador, já que era o único imóvel do CAB que não possui o equipamento, aquisição de computadores, notebooks e softwares modernos para uso das equipes técnicas, bem como a aquisição de gravímetros, essenciais para os resultados cêleres das pesquisas.

Dentre outras ações tem-se a contratação de veículos para os trabalhos de campo, com uma renovação da frota em 21 veículos novos, considerando o período de 2019 a 2021, melhorando as condições de trabalho e redução de custos com manutenção de veículos, além da otimização do tempo das pesquisas.

A título informativo, enquanto no ano de 2019 foi realizado o pagamento de 2.970 (dois mil novecentos e setenta) diárias, em 2021 a CBPM realizou 4.845 (quatro mil oitocentos e quarenta e cinco) pagamentos de diárias de viagens para o campo. Isso demonstra a ampliação dos trabalhos em campo que geram futuros negócios para a CBPM.

Tem-se a regularização fundiária de área rural pertencente à CBPM arrendada para extração de Bentonita, e planejamento de regularizar outras áreas em situação de semelhança. Início de estudos sobre trabalho remoto e home office, com modernização administrativa, por se tratar de uma tendência do mercado de trabalho. Elaboração do projeto de realização de novo concurso público de cargos de provimento efetivo e permanente.

Em sintonia com as demais estruturas do Estado, criou-se um grupo de trabalho com a SEFAZ e SEPLAN, buscando a avaliação dos ativos minerários e investimentos do Estado para potencializar a mineração baiana. Importante frisar que em decorrência das ações da CBPM, houve a reversão da operação que retirou da CBPM o valor de R\$ 11.611.923,30, com seu retorno aos cofres da Companhia.

Ainda nas relações com outras secretarias, houve a formação do grupo de trabalho envolvendo SDE, CBPM, SEPLAN e SEINFRA para formatar inserção

da Bahia nas discussões sobre a proposta da VLI Multimodal S.A.

Como consequência de todo o trabalho, a CBPM passou a ter uma presença constante em matérias de mineração, seja na imprensa baiana, seja na imprensa nacional especializada, como reconhecimento das ações de desenvolvimento mineral no Estado da Bahia. E não menos importante, a realização do evento CBPM Convida e Vamos Debater - Implantação do Porto Sul e a Construção da FIOI, "CBPM e IBRAM Convidam", Prêmio CBPM de Mineração.

Um ponto que merece ser relatado é sobre a contratação de teste de "impairment". Os processos de contratação da CBPM, necessariamente, são remetidos para avaliação técnica da SAEB e em seguida tem que passar pela SEFAZ/COCOP. Ocorre que por questões burocráticas não foi possível concluir o teste de "impairment" nos valores mensurados para os bens e direitos integrantes do ativo imobilizado e intangível.

Muito embora a abertura do processo de contratação de empresa para este fim tenha sido realizada ainda no terceiro trimestre de 2021, o contrato somente foi liberado, ficando disponível para assinatura no final de fevereiro de 2022, e o resultado dos testes será demonstrado nos demonstrativos de 2022. No entanto entende-se que esses ativos estão avaliados com base em valores recuperáveis.

A Diretoria tem exaustivamente buscado atender todas as recomendações das empresas de auditoria e de consultoria, ao passo que tem consenso e entendimento nas recomendações que não considera salutar, inclusive acerca da mais adequada classificação dos direitos minerários geradores de caixa para a Companhia.

Outrossim, dentro do planejamento montado e resultados obtidos, estima-se que haja um acréscimo progressivo na receita bruta da CBPM com a arrecadação de royalties e novos negócios em 18% (dezoito por cento) já neste ano de 2022.

Com estas ações, vê-se que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a CBPM vem numa crescente estrutural, organizacional, financeira e econômica, bem como de representatividade. Todavia tudo isso só se tornou possível graças ao apoio incondicional dos sócios, dos Colaboradores e Parceiros que entenderam a nova filosofia implementada pela gestão da empresa que assumiu a Diretoria em março de 2019.

Em sendo assim, e diante de todo o exposto, colocamos-nos à inteira disposição de V.Sas. para as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários, ao tempo em que renovamos os nossos votos de elevado respeito, consideração e estima.

Salvador, 22 de abril de 2022.

A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		2021	2020	CIRCULANTE		2021	2020
Disponível							
Conta Única do Tesouro	Nota 4	40.628.202	10.487.175				
Créditos e Valores a Receber							
Contas a Receber de Clientes	Nota 5	7.117.233	5.920.684	Fornecedores		80.872	110.319
Adiantamento de Viagem		14.370	27.285	Obrigações Fiscais	Nota 16	511.495	434.621
Adiantamento de Fornecedores		-	22.520	Obrigações Sociais	Nota 17	3.508	556.406
Créditos de Funcionários	Nota 6	587.700	552.448	Provisão de Férias	Nota 18	2.783.268	2.984.955
Impostos e Contribuições a Recuperar	Nota 7	168.674	685.087	Outras Contas a Pagar		13.496	19.896
Outros Valores a Receber	Nota 8	39.005	576.277	Consignações a Pagar		2.959	2.867
Total de Créditos e Valores a Receber		7.926.982	7.784.301	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.395.598	4.109.064
Estoque				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Almoxarifado		110.290	54.380	Depósitos e Cauções		78.716	78.716
Despesas do Exercício Seguinte				Provisão para Contingências	Nota 19	8.610.094	5.778.508
Seguros/Alimentação/Transporte/Combustível		72.410	82.229	Convênios - Subvenções p/ Implantação de Núcleos	Nota 20	1.414.756	1.414.756
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		48.737.884	18.408.085	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.103.566	7.271.980
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Créditos e Valores a Receber				Capital Autorizado	Nota 21.1	100.000.000	100.000.000
Contas a Receber de Clientes	Nota 5	7.913.893	-	Capital Social Integralizado		100.000.000	100.000.000
Governo do Estado da Bahia	Nota 9	-	11.611.923	Reservas de Capital			
Depósitos Recursais e Cauções	Nota 10	6.453.250	3.394.572	Reserva Incentivo Fiscal		46.124.215	46.124.215
Convênios - Implantação de Núcleos	Nota 11	1.414.755	1.414.755	Reservas de Lucro			
Outros Valores e Bens	Nota 12	266.160	259.799	Reserva Especial		611.557	611.557
Total		16.048.058	16.681.049	Reservas Constituídas	Nota 21.2	46.735.772	46.735.772
Investimentos	Nota 13	750.586	681.208	Prejuízos Acumulados			
Imobilizado				Prejuízos Acumulados	Nota 21.3	(71.430.103)	(71.430.103)
(-) Depreciação		(11.628.526)	(12.350.442)	Resultado do Exercício	Nota 21.3	3.925.488	-
Total do Imobilizado	Nota 14	3.524.024	3.179.491	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.231.157	75.305.669
Intangível							
Ativos Minerários em Andamento		16.252.264	39.992.444	TOTAL DO PASSIVO		92.730.322	86.686.714
Ativos Minerários		19.409.007	19.409.007				
(-) Exaustão Acumulada		(12.056.497)	(11.728.309)				
Software e Outros		2.243.370	2.224.184				
(-) Amortização Acumulada		(2.178.374)	(2.160.445)				
Total do Intangível	Nota 15	23.669.770	47.736.881				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		43.992.438	68.278.629				
TOTAL DO ATIVO		92.730.322	86.686.714				

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo Financeiro

José Zifredo Santana Lima
Contador CRC 10901/0-9 BA



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

	2021	2020
RECEITA BRUTA		
Venda de Serviços	762.041	38.298
Arrendamento de Jazidas	58.322.445	33.060.768
Prêmio de Oportunidades	1.700.000	-
Aluguel de Imóvel	-	12.196
TOTAL DA RECEITA BRUTA	60.784.486	33.111.262
(-) Impostos	(5.660.667)	(3.068.396)
Nota 23		
Receita Líquida	55.123.819	30.042.866
(-) Custos	(328.188)	(316.396)
Nota 24		
LUCRO BRUTO	54.795.631	29.726.470
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(50.204.063)	(80.969.029)
Administrativas	Nota 25 (21.568.542)	(21.081.164)
Pesquisa e Desenvolvimento	Nota 26 (17.983.428)	(14.228.913)
Tributárias	Nota 27 (2.281.735)	(2.356.219)
Depreciação/Amortização	(544.362)	(509.159)
Despesas e Outros Resultados Operacionais	Nota 28 (26.452.082)	(48.898.148)
Subvenções para Custeio	Nota 29 16.626.086	6.104.574
RESULTADO OPERACIONAL	4.591.568	(51.242.559)
Receitas Financeiras	Nota 30 1.177.470	1.820.260
Despesas Financeiras	Nota 30 (7.425)	(19.443)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	5.761.613	(49.441.742)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.936.664	(49.441.742)
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 32 (546.975)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	5.389.689	(49.441.742)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	Nota 32 (1.464.201)	-
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	3.925.488	(49.441.742)
Lucro/Prejuízo Por ação do Capital Social Final	0,04	(0,49)
(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)		

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo Financeiro

José Zilfredo Santana Lima
Contador CRC 10901/0-9 BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro ou Prejuízo do Exercício	3.925.488	(49.441.742)
Ajustes que não apresentam entrada/saída de caixa		
Depreciação, Amortização e Exaustão	872.550	800.407
Resultado Negativo Participação Societária	-	4.094
Resultado Positivo Participação Societária	(69.378)	(23.136)
Resultado Positivo na Alienação de Bens	(174.051)	-
Reclassificação do Intangível	23.740.180	48.459.134
Lucro ou Prejuízo do Exercício Ajustado	28.293.789	(201.243)
Aumento ou Diminuição de Valores a Receber		
Contas a Receber	(1.196.549)	(3.325.474)
Adiantamentos de Viagens	12.915	(27.285)
Impostos e Contribuições a Recuperar	1.071.107	1.986.803
Créditos de Funcionários	(35.253)	82.369
Estoques	(55.909)	8.726
Despesas Antecipadas	9.819	8.786
Outros Valores a Receber	5.099	(22.287)
Aumento do Realizável a Longo Prazo		
Depósitos e Cauções Trabalhistas	(3.058.678)	(527.405)
Ouro não Beneficiado	(6.317)	(82.327)
Diamante Bruto	(45)	(137)
Contas a Receber LP	(7.913.893)	-
Aumento ou Diminuição dos Passivos		
Indenização Trabalhista	2.831.587	(480.049)
Outras Obrigações	(713.466)	319.643
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(9.049.583)	(2.058.637)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Pagamentos Efetuados na Compra de Imobilizado	(874.377)	(133.628)
Aplicação no Intangível	(19.185)	(15.958)
Transferência Governo do Estado	11.611.923	(11.611.923)
Recebimento pela alienação de imobilizado	178.460	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	10.896.821	(11.761.509)
DEMINUIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NOS EXERCÍCIOS	30.141.027	(14.021.390)
Representado por:		
Disponibilidades no início do período	10.487.175	24.508.564
Disponibilidades no fim do período	40.628.202	10.487.175
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NOS EXERCÍCIOS	30.141.027	(14.021.390)

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			RESERVAS DE LUCRO			RESERVAS DE CAPITAL		PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SUBSCRITO	A REALIZAR	REALIZADO	LEGAL	LUCROS A REALIZAR	ESPECIAL	INCENTIVO FISCAL	SUBVENÇÃO P/ INVESTIMENTO		
Saldo em 31/12/2019	100.000.000	-	100.000.000	2.769.419	2.411.791	611.557	51.034.880	5.606.602	(37.686.838)	124.747.411
Absorção de Prejuízo				(2.769.419)	(2.411.791)		(4.910.665)	(5.606.602)	15.698.476	(14.021.390)
Resultado de Exercício									(49.441.742)	(49.441.742)
Saldo em 31/12/2020	100.000.000	-	100.000.000	-	-	611.557	46.124.215	-	(71.430.105)	75.305.669
Resultado de Exercício									3.925.488	3.925.488
Saldo em 31/12/2021	100.000.000	-	100.000.000	-	-	611.557	46.124.215	-	(67.504.615)	79.231.158

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Estadual no. 3.093, de 18 de dezembro de 1972, e regida pelo seu Estatuto, pela Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei no. 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais dispositivos legais aplicáveis. Tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, e poderá, tendo em vista o seu objeto social, criar ou extinguir agências e filiais, departamentos ou escritórios administrativos, técnicos ou de representação dentro do estado da Bahia ou fora dele. A CBPM tem por objeto a pesquisa, a prospecção e qualquer forma de aproveitamento econômico de minérios, podendo:

- Prestar serviços técnicos e administrativos ao Estado da Bahia;
- Prestar assistência técnica e administrativa a mineradores particulares;
- Executar projetos próprios de pesquisa mineral;
- Executar a lavra, o beneficiamento e a comercialização de bens minerais, bem como o desempenho de atividades correlatas e/ou complementares, inclusive industriais, que se enquadrem nos seus objetivos.

Para consecução dos seus objetivos e suas finalidades a CBPM poderá:

- Requerer a autorização para pesquisa mineral;
- Requerer concessão para lavra das jazidas que ofereçam melhores possibilidades econômicas;
- Negociar com terceiros os direitos minerários de sua titularidade, sobretudo aqueles em fase de concessão de lavra, uma vez configurada a exequibilidade de seu aproveitamento econômico e conveniência financeira;
- Celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A Companhia é o agente indutor do desenvolvimento do setor mineral no estado da Bahia. Sua atuação é centrada na ampliação e aprimoramento do

conhecimento geológico do território baiano, na identificação e pesquisa de seus recursos minerais e no fomento ao seu aproveitamento, atraindo, para este fim, a iniciativa privada.

A Companhia volta-se, também, para a execução de ações de cunho social, em convênio com prefeituras, associações e Companhias, disponibilizando para as administrações municipais sobre o aproveitamento dos bens minerais existentes, com fator de melhoria das condições de vida da população.

Imperioso destacar que em 2019 a Diretoria iniciou um processo de reavaliação de seus ativos minerários, baseado em relatório técnico-contábil emitido por uma empresa de consultoria especializada contratada para fazer uma análise minuciosa das Demonstrações Financeiras da CBPM, a fim de modernizar os procedimentos contábeis da Companhia, em congruência às normas internacionais de contabilidade. O resultado final desta avaliação resultou numa baixa considerável, superior a R\$ 100 milhões. Somado a isso, adotou uma postura austera na execução de suas atividades e despesas, passando um cenário nebuloso de baixa receita em relação aos seus gastos, atingindo no exercício de 2021 um cenário altamente positivo.

Atualmente as principais fontes de receitas da Companhia estão vinculadas:

a) Ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, suscrito com a empresa Vanádio de Maracás S.A., datado de 16 de setembro de 2013, relacionado à transferência de direitos minerários das jazidas de vanádio. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2021, montou R\$ 24.933.387 (no exercício de 2020 montou R\$ 19.956.697). Considerando que a Vanádio de Maracás S.A. exporta integralmente a sua produção, as receitas da CBPM em relação ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties* mencionado estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. A Vanádio de Maracás é uma companhia controlada pela empresa canadense Largo Resources Ltd.

b) Ao Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários, suscrito com a empresa Mirabela Mineração do Brasil Ltda. (Atlantic Nickel Mineração Ltda.), datado de 03 de março de 2008, relacionado à transferência de direitos minerários da jazida de minério de níquel. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2021, montou R\$ 32.106.925 (no exercício de 2020 montou R\$ 12.456.454). As receitas da CBPM em relação ao referido contrato também estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, com observância da NBC TG 1000 (R1). Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações irrelevantes não foram incluídas nas notas explicativas. As principais políticas aplicadas no preparo destas demonstrações contábeis estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais áreas que



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



Os créditos a receber junto às empresas Camaleão Mineração Ltda. e Indústria de Calcário Sublime, relativos a anos anteriores, estão com reconhecimento de provisão para perdas na totalidade dos valores envolvidos, considerando os riscos de não realização, em virtude dos processos judiciais em curso, quais sejam:

- a) Camaleão Mineração Ltda.: ação judicial ingressada em 30.11.2016, processo 057881832.2016.8.05.0001;
- b) Indústria de Calcário Sublime S.A.: ação judicial ingressada em 29.03.1996, processo 0009710-2.2006.8.05.0001.

13. INVESTIMENTOS

Descrição	2021			2020
	Custo Histórico	(-) Provisão para perdas	Líquido	Líquido
13.1 Participações Societárias				
13.1.1 Participação em Coligadas e Controladas				
Utinga Mineração Ltda.	53.616	-	53.616	53.616
13.1.2 Participação em Outras Empresas				
Vanádio de Manacás S/A	564.945	-	564.945	499.859
Finor	16.124	-	16.124	16.124
Copernorte	12.296	(12.296)	-	-
Kordisa Brasil S/A (antiga Cobafi)	10.086	-	10.086	5.828
Bahiatursa	4.094	(4.094)	-	-
Minerais Industriais do Nordeste	246	(246)	-	-
Prodeb	197	(101)	96	62
Embraer	10	-	10	10
Copene	9	-	9	9
Subtotal	661.623	(16.737)	644.886	575.508
13.2 Propriedades para Investimento				
Terreno em Lençóis	42.500	-	42.500	42.500
Fazenda Jurema Leste	28.127	-	28.127	28.127
Fazenda Samambaia	16.876	-	16.876	16.876
Fazenda Brejo do Mamoeiro	9.281	-	9.281	9.281
Fazenda Brejo	3.516	-	3.516	3.516
Obras de Arte	5.400	-	5.400	5.400
Subtotal	105.700	-	105.700	105.700
Total	767.323	(16.737)	750.586	681.208

13.1. Participações societárias

As participações societárias, quando aplicável, estão demonstradas com o ajuste pela equivalência patrimonial. A Companhia é controladora da empresa Utinga Mineração Ltda., que se encontra com suas atividades paralisadas desde janeiro de 1975. A CBPM participa no capital social da Vanádio de Manacás S/A, com a qual mantém um Contrato de Regulação do Pagamento de Royalties, que representa uma das maiores fontes de receita da Companhia.

13.2. Propriedades para Investimento

Imóveis próprios não de uso e obras de arte estão mensurados em conformidade com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC TG 28 (R3), que determina esses registros no grupo de contas de investimentos, totalizando R\$ 105.700. A valoração das propriedades para investimento considera o custo histórico de aquisição, sem ajustes decorrentes de encargos de depreciação.

14. IMOBILIZADO

Referência	Custo Histórico	2021		2020	
		Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Acumulada	Líquido
Edificações	3.291.831	(2.370.704)	921.127	988.657	
Terenos	697.449	-	697.449	697.449	
Aparelhos e Ferramentas	3.612.224	(2.534.730)	1.077.494	411.839	
Veículos	1.469.393	(1.160.068)	309.325	422.324	
Instalações	2.469.497	(2.244.508)	224.989	266.248	
Equipamentos de Informática	1.888.537	(1.671.661)	216.876	309.868	
Móveis e Utensílios	1.192.779	(1.142.997)	49.782	56.123	
Litoteca e Outros	530.840	(503.858)	26.983	26.983	
Total	15.152.550	(11.628.526)	3.524.024	3.179.491	

A movimentação do ativo imobilizado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é demonstrada a seguir:

Referência	Saldo Inicial		Movimentação		Saldo Final	
	31/12/20	31/12/21	Adições	(-) Baixas	Depreciação	(+) Baixa de depreciação
Edificações	988.657	-	-	-	(67.530)	-
Terenos	697.449	-	-	-	-	-
Aparelhos e Ferramentas	411.839	820.925	(85.757)	(153.778)	-	84.265
Veículos	422.324	-	(836.743)	(112.999)	-	836.743
Instalações	266.248	47.572	(2.330)	(88.831)	-	2.330
Equipamentos de Informática	309.868	-	(260.704)	(92.992)	-	260.704
Móveis e Utensílios	56.123	5.880	(66.226)	(10.304)	-	64.309
Litoteca e Outros	26.983	-	-	-	-	-
Total	3.179.491	874.377	(1.251.760)	(526.435)	-	1.248.351

15. INTANGÍVEL

Referência	2021			2020	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Software	2.241.437	(2.176.441)	64.996	-	63.723
Marcas e Patentes	1.933	(1.933)	-	-	16
Ativos Minerários	19.409.007	(12.056.497)	7.352.510	7.352.510	7.680.698
Ativos Minerários em Andamento	16.252.264	-	16.252.264	39.992.444	39.992.444
Total	37.904.641	(14.234.871)	23.669.770	47.736.881	

Os valores mensurados como ativos intangíveis são representados pelos custos incorridos com pesquisas minerais, realizados até 31 de dezembro de 2018 e em processo de exploração por terceiros mediante contratos de arrendamentos/royalties, e com transferência, pela Companhia, dos direitos minerais das jazidas prospectadas. Os custos dos ativos minerários em exploração são apropriados ao resultado mediante a procedimento de exaustão. A movimentação dos ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é demonstrada a seguir:

Descrição	Contas patrimoniais			Exaustão/Amortização		
	Saldo 31/12/2020	Adições	(-) Baixas	Saldo 31/12/2021	Saldo 31/12/2020	Saldo 31/12/2021
Ativos minerários:						
. Em andamento	39.992.444	-	(23.740.180)	16.252.264	-	-
. Em exploração	19.409.007	-	-	19.409.007	(11.728.309)	(12.056.497)
Softwares	2.222.252	19.185	-	2.241.437	(2.158.529)	(17.912)
Marcas/patentes	1.933	-	-	1.933	(1.916)	(17)
Total	61.625.636	19.185	(23.740.180)	37.904.641	(13.888.754)	(14.234.871)

(-) Baixas:

A Administração, seguindo orientação técnica de empresa especializada, adotou mudança de critério para a mensuração dos ativos minerários no sentido de atualizar suas práticas contábeis para o que já vinha sendo praticado pelas grandes companhias de mineração no Brasil e no mundo, passando a reconhecer integralmente no resultado, a partir do exercício de 2019, os custos realizados relativos aos empreendimentos em fase de pesquisa, e mantendo o registro no intangível daqueles valores ativados até 31 de dezembro de 2018 e avaliados com perspectivas de viabilidade econômica para exploração, e para isso criou um grupo de trabalho incumbido de identificar projetos que, em essência, referem-se a etapas iniciais das atividades de pesquisa, não cabendo assim sua classificação como ativos, a fim de reclassificá-los para o resultado, e identificar os projetos cujos resultados apresentaram achados que consistem em probabilidades reais de retorno econômico das áreas pesquisadas. Por conta dessa mudança de critério, o grupo de trabalho interdisciplinar formado por geólogos, contador, engenheira de minas e técnicos em mineração, criado pela Administração da CBPM, continua com os trabalhos de avaliação de cada projeto de pesquisa que compõe o saldo de intangíveis acumulado até 2018, a fim de se verificar item a item quais projetos estão aptos a terem os direitos minerários arrendados a terceiros, gerando assim fluxos de caixa futuros; quais projetos possuem valor de uso como base de conhecimento para fomentar novas pesquisas ou ainda para prestação de serviços e/ou venda de mapas, de banco de dados e informações geológicas a empresas mineradoras; e quais projetos se tratam simplesmente de gastos iniciais em pesquisa, tendo esses últimos como destino a baixa contábil. Como resultado desse trabalho, a Companhia transferiu para o resultado do exercício de 2021 o valor de R\$ 23.740.180 (no exercício de 2020 foi transferido para o resultado o valor de R\$ 48.433.986).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém como ativo intangível, identificado como ativos minerários em exploração, o montante líquido de R\$ 7.352.510, correspondente aos custos de pesquisas minerais (R\$ 19.409.007), deduzido pelo saldo da exaustão acumulada (R\$ 12.056.497), correspondentes a jazidas minerárias. Parte dessas jazidas, por não estar gerando receitas para a Companhia, deveria ser transferida para o resultado. Essas jazidas não operacionais estão cedidas a empresas exploradoras mediante contratos de arrendamentos vigentes, algumas com investimentos milionários, porém não foram exploradas plenamente no ano de 2021 por diversos fatores e oscilações inerentes à atividade mineral.

Exaustão:

A exaustão sobre os ativos minerários em exploração é apurada e apropriada ao resultado de acordo com os prazos de exploração de cada jazida mineral, constantes dos respectivos contratos de arrendamentos/royalties. Teste de recuperação de ativos ("Impairment"):

Em 2021, a Companhia, baseada nos mesmos valores em uso e os valores justos atribuídos como base no Laudo de Teste de Impairment de 2011, mediante critério de avaliação consistente, utilizou o maior valor, entre o valor justo e o valor em uso, baseado nos fluxos de caixa descontados, para analisar o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil definida (vide CPC 01 R1 Item 10, 15 e 19). Nesse caso, também não houve perda do valor recuperável, esse apresentou valor superior em relação ao contábil de 2021. Por tanto efetuou a análise do teste de valor recuperável, não reconhecendo nenhum ajuste contábil.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2021	2020
Cofins	409.124	353.054
Pasep a Recolher	87.015	76.250
Imposto de Renda /Lucro	10.909	-
ISSQN a Recolher	1.637	5.317
Contribuição Social /Lucro	2.810	-
Total	511.495	434.621

Refere-se às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade com a legislação vigente e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2021.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2021	2020
INSS a Recolher	2.289	517.907
INSS Retido	1.219	30.490
INSS Autônomos	-	8.009
Total	3.508	556.406

Corresponde às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade com a legislação vigente e com previsão de recolhimento no mês de janeiro de 2021.

18. PROVISÃO DE FÉRIAS

Descrição	2021	2020
Férias e Encargos Sociais	2.783.268	2.984.955

A Companhia é obrigada a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados, devidos até o encerramento dos exercícios.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Descrição	2021	2020
Indenizações a Pagar - Processos Trabalhistas	8.610.094	5.778.508

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, para os quais vem apresentando defesas e recursos cabíveis, sendo que alguns desses processos não apresentam, nesse momento, uma definição clara quanto aos seus desfechos.

Com base nas avaliações e informações fornecidas pelos responsáveis da Assessoria Jurídica da Companhia, que identificou os processos com expectativas de perdas prováveis e de perdas possíveis, a Administração provisionou, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 5.778.508 e em 2021 o valor desta provisão monta R\$ 8.610.094. Além desses processos, cujas perdas foram avaliadas como prováveis, a Companhia se defende judicialmente de outros litígios, cujas avaliações dos Assessores Jurídicos foram classificadas como de perdas possíveis, consoante demonstrado no quadro a seguir:

Referência	Quantidade de processos	Sucumbência Estimada
Processos recursais, cíveis e tributários (perda provável)	31	8.610.094
Processos recursais, cíveis e tributários (perda possível)	54	69.623.783

20. SUBVENÇÕES - CUSTEIO E IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

Descrição	2021	2020
Implantação de Núcleos	1.414.756	1.414.756

Refere-se a subvenções repassadas pelo Governo do Estado da Bahia, para implantação de núcleos ligados aos artesanatos de minérios e para custeio, registradas em contas ativas e passivas conforme mencionados na nota explicativa nº 11.

As obrigações da Companhia, decorrentes desses recursos recebidos, são relativas ao recebimento das prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, e homologação delas, com disponibilização da documentação correspondente ao Tribunal de Contas do Estado. A obrigação passiva junto ao Governo do Estado decorre das pendências de apresentação das referidas prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, para posterior homologação.



Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

Acionistas	Participações %	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Governo do Estado da Bahia	99,991387	79.995.026	19.996.361	99.991.387
COELBA	00,004288	2.144	2.144	4.288
CPRM	00,002830	2.830	-	2.830
Pessoas físicas	00,001495	-	1.495	1.495
Total	100,000000	80.000.000	20.000.000	100.000.000

O Capital Social é de R\$ 100.000.000, representado por 100.000.000 de ações nominativas no valor nominal de R\$ 1 cada, sendo 80.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais.

Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não ensejam direito a voto, mas lhes são assegurados dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o lucro líquido, bem como prioridade na distribuição e no reembolso do capital social, pelo seu valor nominal, em caso de dissolução ou liquidação da Companhia.

É assegurado ao Governo do Estado da Bahia subscrever isoladamente ou em conjunto com entidades estaduais da administração indireta um mínimo de 51% do capital social com direito a voto.

21.2. Reservas Constituídas

Descrição	2021	2020
Reservas de Incentivos Fiscais	46.124.215	46.124.215
Reserva Especial	611.557	611.557
Total	46.735.772	46.735.772

As reservas de incentivos fiscais são originárias das transferências do Governo do Estado através de subvenções econômicas para investimento. A reserva especial decorre de dividendo não distribuído de acordo com deliberação da Assembleia Geral.

21.3. Prejuízos Acumulados

Descrição	2021	2020
Prejuízos de Exercícios Anteriores	(71.430.103)	(37.686.837)
Resultado do Exercício	3.925.488	(49.441.742)
Absorção com reservas	-	15.698.476
Total	(67.504.615)	(71.430.103)

22. TOTAL DA RECEITA BRUTA

Descrição	2021	2020
Receitas de Arrendamento/royalties	58.322.445	33.060.768
Levantamento Aerogeofísico	762.041	34.798
Aluguel de Imóveis	-	12.196
Prêmio de Oportunidades	1.700.000	3.500
Total	60.784.486	33.111.262

23. IMPOSTOS

Descrição	2021	2020
COFINS - Faturamento	4.619.621	(2.516.147)
PASEP	1.002.944	(546.269)
ISS	38.102	(1.915)
Descontos	-	(4.065)
Total	5.660.667	(3.068.396)

24. CUSTOS

Descrição	2021	2020
Exaustão de Jazidas	(328.188)	(291.249)
Levantamento Aerogeofísico	-	(25.147)
Total	(328.188)	(316.396)

A despesa com exaustão de jazidas no exercício de 2021 está representada pela amortização das jazidas minerárias que estão gerando receitas para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o custo dessas jazidas não operacionais montava R\$ 11.840.651, e o total acumulado da exaustão totalizava R\$ 7.367.273. Como consequência, custos minerários líquidos com jazidas não operacionais montam R\$ 4.473.378, em 31 de dezembro de 2022. Esses custos minerários, bem como a exaustão acumulada, estão contabilizados como ativo intangível, conforme nota explicativa 15.

Essas jazidas estão cedidas a empresas exploradoras mediante contratos de arrendamentos vigentes, algumas com investimentos milionários, porém não foram exploradas plenamente no ano de 2021 por diversos fatores e oscilações inerentes à atividade mineral.

25. ADMINISTRATIVAS

Descrição	2021	2020
Salários e Adicionais	8.474.989	8.358.365
Encargos Sociais	4.422.613	4.555.036
Serviços de Terceiros - Outros	4.396.774	3.650.143
Benefícios	2.343.204	2.378.731
Honorários com Encargos	1.006.260	1.015.694
Indenizações Trabalhistas	149.181	456.151
Despesas Gerais e Consumo	276.681	295.003
Tarifas	328.567	287.639
Despesas com Veículos	170.273	84.402
Total	21.568.542	21.081.164

26. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Descrição	2021	2020
Salários e Adicionais	7.066.537	7.474.085
Encargos Sociais	3.566.983	4.059.710
Serviços de Terceiros - Outros	5.746.402	1.999.451
Despesas Gerais e Consumo	1.398.472	608.799
Despesas com Veículos	205.034	86.868
Total	17.983.428	14.228.913

27. TRIBUTÁRIAS

Descrição	2021	2020
DNPM	1.553.165	1.804.523
IPTU	422.684	392.785
Cofins sobre Receitas Financeiras	47.099	72.810
Custas Processuais	221.084	48.747
Pasep sobre Receitas Financeiras	7.654	11.832
CREA	11.009	9.839
Taxas Diversas	12.768	9.669
TFF	2.051	1.966
ITR	805	805

Descrição	2021	2020
Licenciamento de Veículos	3.241	3.243
Imposto Sindical	175	-
Total	2.281.735	2.356.219

28. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

Descrição	2021	2020
Reversão de Provisões Indenizações Trabalhistas	-	490.049
Recuperação de Despesas	35.925	97.685
Participação Societária Positiva	69.378	23.136
Indenização	-	8.110
Dividendos	16.729	541
Provisão Indenizações Trabalhistas	(2.831.587)	(10.000)
Outras Despesas Operacionais	(2.348)	(7.664)
Provisão para Perdas em Investimentos	-	(4.094)
Reclassificação Receita de Royalties 2019	-	(1.057.627)
Baixa de Ativos Intangíveis Minerários	(23.740.179)	(48.438.284)
Total	(26.452.082)	(48.898.148)

Os custos com pesquisas minerárias (baixas de ativos intangíveis minerários) correspondem às pesquisas minerárias que se encontravam concluídas (ver nota explicativa 15), cuja avaliação pela área técnica da Companhia foi de inexistência de minerários nas áreas pesquisadas, ou de existência de minerários de qualidade/quantidade insuficiente para exploração econômica ou ainda de indícios de existências de minerários que, no entanto, demandam novas pesquisas e novos estudos.

29. SUBVENÇÕES

Descrição	2021	2020
Subvenções para Custeio	18.626.086	6.104.574

Essas subvenções são previstas no orçamento fiscal da Companhia, que integra o orçamento fiscal do Estado da Bahia, sócio controlador, sendo esses recursos recebidos para executar despesas orçadas pela Companhia, através do sistema integrado do Estado da Bahia (FIPLAN).

30. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	1.177.470	1.820.260
Multas Contratadas	-	1.372.889
Correção Monetária Ativa	845.891	159.384
Juros sobre Depósitos Recursais/Cauções	157.128	108.817
Juros sobre Tributos a Compensar	9.949	63.944
Multas Recebidas	154.036	28.716
Juros Recebidos	2.483	333
Outras Receitas Financeiras	7.983	86.277
Despesas Financeiras	(7.425)	(19.443)
Multas de Mora	(1.126)	(8.776)
Juros de Mora	(940)	(5.496)
Despesa Bancária	(4.794)	(3.013)
Outras Despesas Financeiras	(565)	(2.157)
Resultado Financeiro	1.170.045	1.800.817

31. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Histórico	Valor
(+) Venda de bens	178.460
(*) Baixa de depreciação de bens	1.245.989
(-) Baixa de imobilizado	(1.249.598)
Resultado Líquido	175.051

32. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Valor
IRPJ	1.464.201
CSLL	546.975
Total	2.011.176

A Companhia apura o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no lucro real, por intermédio do levantamento de balancete de suspensão. A suspensão ou redução do pagamento do imposto devido mensal será factível a partir do instante em que se obtenha a comprovação por intermédio de balancetes mensais internos, que o montante dos tributos a pagar já tenha sido integralmente pago.

33. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2021, são demonstrados a seguir:

Bens Segurados, Riscos Cobertos e Montante da Coberturas:

Referencialcobertura	Valor
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	10.030.000
Danos elétricos	50.000
Subtração de bens	10.000
Equipamentos eletrônicos	100.000
Quebra de vidros	5.000
Recomposição de registros e documentos	10.000

34. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir a liquidez das suas operações e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo o seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

a) **Risco de crédito** – a política de arrendamentos dos direitos de exploração de recursos minerários da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento dos valores a receber por arrendamentos e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes é inexistente, haja vista que esses recursos são mantidos em Conta Única do Tesouro do Estado da Bahia.

b) **Risco de liquidez** – a área financeira da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é mantido em Conta Única do



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



Tesouro Estadual. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha na Conta Única do Tesouro Estadual montante considerado pela sua Administração suficiente para a pronta geração de entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo Financeiro

José Zilfredo Santana Lima
Contador – CRC-BA 010901/0-9

DIRETORES

Antônio Carlos Marcial Tramm
Diretor Presidente

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo e Financeiro

Rafael Avena Neto
Diretor Técnico

CONTADOR

JOSÉ ZILFREDO SANTANA LIMA
CONTADOR - CRC-BA 010901/0-9
CPF/MF 040623025-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela apropriação de despesas com pesquisas minerárias como ativo intangível e pela não realização do teste de valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados no ativo imobilizado e no ativo intangível, consoante mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, prescritas pela NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, no desenvolvimento dos nossos trabalhos, observamos que:

a) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava, no seu balanço patrimonial, ativos intangíveis, no total de R\$ 23.604.774, líquido de exaustão acumulada, representado por: a) despesas com pesquisas minerárias em andamento (R\$ 16.252.264) e b) despesas com pesquisas minerárias realizadas com sucesso (R\$ 7.352.510), cuja exploração dos recursos minerários foram transferidos para terceiros, mediante contratos de arrendamentos/royalties. Consoante orientação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, despesas com pesquisas devem ser apropriadas aos resultados dos exercícios à época da ocorrência de tais despesas. Até o exercício de 2018 a Companhia reconhecia as despesas com pesquisas minerárias no ativo intangível e, a partir do exercício de 2019, seguindo orientação técnica dos órgãos que regulam as atividades contábeis e com o objetivo de se adequar às mais recentes práticas contábeis, a Companhia adotou o procedimento de reconhecer tais despesas diretamente no resultado do exercício, entretanto, manteve o montante relativo às despesas com pesquisas minerárias em andamento no ativo intangível, para transferir para o resultado do exercício, quando a área técnica da Companhia atestar sobre a inviabilidade da exploração econômica das áreas prospectadas, cujos trabalhos, conforme informado pela Administração da Companhia, continuam sendo realizados. Com relação às despesas com pesquisas realizadas com sucesso, a Companhia tem adotado o procedimento de amortizar tais despesas, transferindo-as para o resultado, com base na vigência dos contratos de arrendamento/royalties.

Consoante mencionado na nota explicativa 15, ativo intangível (baixas), a Administração da Companhia autorizou o desenvolvimento de trabalhos de análises dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de segregar os gastos com pesquisas dos gastos com desenvolvimentos de projeto minerários e, em observância à orientação CPC 04 (R1), apropriar ao resultado o montante dos gastos com pesquisas. Os efeitos parciais resultantes das mencionadas análises resultaram na apropriação dos valores de R\$ 23.740.179 e de R\$ 48.438.284, aos resultados dos exercícios de 2021 e de 2020, respectivamente. Os efeitos finais dos trabalhos de análises somente serão conhecidos quando da conclusão desses trabalhos.

Adicionalmente, custos com jazidas minerárias não operacionais, no montante líquido de R\$ 4.473.378, em 31 de dezembro de 2021, encontram-se, também, contabilizados na conta de ativo intangível, quando deveriam ser transferidos para o resultado, consoante comentários na nota explicativa 24.

b) A Companhia não elaborou, no exercício de 2021, análise para determinação do valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados nos ativos imobilizado e intangível, consoante preconizado pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), através do Pronunciamento Técnico CPC 01, e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC no.1.292/10.

Nossas responsabilidades, em conformidade com as referidas normas brasileiras e internacionais de auditoria, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Quando concluímos que existe incerteza, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis sobre a Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram por nós examinadas, conforme relatório emitido em 03 de maio de 2021, contendo ressalvas pela não realização, nesse exercício, do teste de valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados no ativo imobilizado e no ativo intangível da Companhia e sobre a existência de custos relacionados com pesquisas minerárias, contabilizados como ativos intangíveis. Salvador, 11 de abril de 2022.

Ricardo César Oliveira de Abreu
QUALITY Auditores e Contadores S/S
Ricardo César Oliveira de Abreu
Contador – CRC-BA 5514/0-4



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e os demais relatórios elaborados pela Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovados pelo Conselho de Administração da CBPM em 27 de abril de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Quality Auditores e Contadores S/S, datado de 11 de abril de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Salvador, 28 de abril de 2022.

Manoel Barretto da Rocha Neto
Presidente do Conselho

Rogério Costa Cedraz
Conselheiro

Luiz Carlos Santana Passos
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM, em cumprimento às suas obrigações legais e estatutárias, reunidos de forma virtual, através do e-mail corporativo da plataforma Portal Facilidades do Office 365, após terem apreciado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, as explicações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, opinam pelo encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 27 de abril de 2022.

Antonio Carlos Marcial Tramm
Conselheiro

Paulo Roberto Brito Guimarães
Conselheiro

Arany Santana Neves Santos
Conselheira

Fabya dos Reis Santos
Conselheira

Julieta Maria Cardoso Palmeira
Conselheira

EGBA

GESTÃO DOCUMENTAL

EGBA: 71 3117 2517/2535 • www.egba.ba.gov.br



EGBA

LOGÍSTICA

EGBA: 71 3117 2517/2535 • www.egba.ba.gov.br

